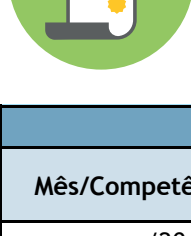


Cartilha do Empresário

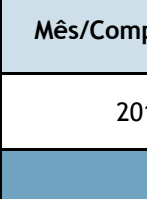
Atualização das normas publicadas e medidas adotada para o combate ao novo coronavírus nas três esferas executivas



Tributos Federais

Atualizado até 03.06.2020

SIMPLES NACIONAL (PARTE FEDERAL) e MEI			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
mar/20	20/04/2020	20/10/2020	Res. CGSN nº 154 de 03/04/2020
abr/20	20/05/2020	20/11/2020	
mai/20	22/06/2020	21/12/2020	
SIMPLES NACIONAL - ICMS/ISS			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
mar/20	20/04/2020	20/07/2020	Res. CGSN nº 154 de 03/04/2020
abr/20	20/05/2020	20/08/2020	
mai/20	22/06/2020	21/09/2020	
PIS/COFINS			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
mar/20	24/04/2020	25/08/2020	Portaria 139/2020 de 03/04/2020
abr/20	25/05/2020	23/10/2020	
INSS Patronal, SAT/RAT, Empregador Doméstico e CPRB*			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
mar/20	20/04/2020	20/08/2020	Portarias 139 de 03/04/2020 e 150 de 07/04/2020
abr/20	20/05/2020	20/10/2020	
IRRF Cota 1ª/Única			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
2019	30/04/2020	30/06/2020	IN 1930 de 01/04/2020 e IN 1.934 07/04/2020
FGTS			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
mar/20	07/04/2020	6 Parcelas (07.2020 a 12.2020)	MP 927 de 22/03/2020
abr/20	07/05/2020		
mai/20	07/06/2020		
IOF			
Efeito	Abrangência		Base Legal
Alíquota Zero (0%)	Contratados entre 03.04.2020 e 03.07.2020		IN RFB 1930 de 01/04/2020 e IN 1.934 de 07/04/2020



Obrigações Acessórias Federais

Atualizado até 03.06.2020

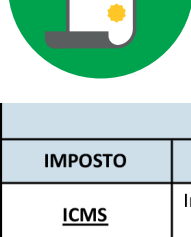
DEFIS			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
2019	31/03/2020	30/06/2020	Res. CGSN nº 153 de 25/03/2020
Dec. de IR Pes. Fisica			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
2019	30/04/2020	30/06/2020	IN RFB nº 1930 de 01/04/2020
DANS-SimeI			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
2019	31/05/2020	30/06/2020	Res. CGSN nº 153 de 25/03/2020
DCTF			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
fev/20	23/04/2020	21/07/2020	IN RFB 1932 de 03/04/2020
mar/20	22/05/2020		
abr/20	19/06/2020		
EFD-Contribuições			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
fev/20	15/04/2020	14/07/2020	IN RFB 1932 de 03/04/2020
mar/20	15/05/2020		
abr/20	15/06/2020		
ECD			
Ano/Calendário	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
2019	29/05/2020	31/07/2020	IN RFB Nº 1.950, DE 12 DE MAIO DE 2020
Assembleia Geral S/A, Ltda e Cooperativas			
Mês/Competência	Vencimento Original	Novo Vencimento	Base Legal
2019	30/04/2020	31/07/2020	MP nº 931 de 30/03/2020

PARCELAMENTOS NA RFB E NA PGFN			
Vencimento Original	Novo Vencimento		Base Legal
Maio de 2020	Até 31 de agosto de 2020		PORTARIA N° 201, DE 11 DE MAIO DE 2020
Junho de 2020	até 30 de outubro de 2020		
Julho de 2020	até 31 de dezembro de 2020		

SIMPLES NACIONAL - PARCELAMENTOS NA RFB E NA PGFN			
Vencimento Original	Novo Vencimento		Base Legal
Maio de 2020	até 31 de agosto de 2020		Res. nº 155, DE 15/05/2020
Junho de 2020	até 31 de outubro de 2020		
Julho de 2020	até 31 de dezembro de 2020		

TAXA DE OCUPAÇÃO E FOROS DE TERRENOS DA UNIÃO - PRORROGAÇÃO			
Possibilidades	Disposição		Base Legal
Cota única	Pagamento em 30 de junho		PORTARIA N° 12.777/ 2020
Parcelamento em 7 cotas para débitos superiores a R\$ 200,00	1ª Cota	30 de junho de 2020	
	2ª Cota	31 de julho de 2020	
	3ª Cota	31 de agosto de 2020	
	4ª Cota	30 de setembro de 2020	
	5ª Cota	30 de outubro de 2020	
	6ª Cota	30 de novembro de 2020	
	7ª Cota	30 de dezembro de 2020	

OUTROS			
Prorrogação	Benefício		Base Legal
Até 29.05.2020	Prazos Administrativos, Notificações de Malha Fina, Exclusão de Parcelamentos (cobrança mantida), Inapitidão de CPF e CNPJ		Portaria RFB nº 543, de 20/03/2020
POR 90 DIAS	Certidões Negativas e Positivas com efeitos Negativos válidas		Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555, de 23/03/2020
Até 31.05.2020	Prazos Judiciais em processos físicos		Resolução CNJ nº 318, de 07/05/2020
Enquanto durar medidas restritivas	Prazos judiciais em processos físicos e eletrônicos, em estados em que haja medidas restritivas à livre locomoção de pessoas		
Meses 03/2020 a 08/2020 para 09/2020 e meses subsequentes (acrescidas de multa e juros)	Suspensão da rescisão automática do parcelamento dos débitos de FGTS na hipótese de inadimplência das parcelas dos meses de março a agosto de 2020 (exceto débitos de caráter rescisório)		Resolução nº 961, de 05/05/2020
Por 60 dias	Prorroga a Medida Provisória nº 927/20, que dispõe sobre teletrabalho, adoção de medidas como antecipação de férias individuais, antecipação de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, uso de banco de horas, além do diferimento do recolhimento do FGTS em relação às competências de março, abril e maio de 2020.		Ato Presidente do Congresso nº 32/2020
Por 60 dias	Prorroga a vigência das Resoluções CNJ nºs 313/2020, 314/2020 e 318/2020. Dessa forma, permanecem suspensos os prazos judiciais dos processos físicos e eletrônicos nos estados em que tiverem decretado lockdown (medidas sanitárias restritivas à livre locomoção de pessoas), pelo tempo que perdurarem as restrições. Os prazos dos processos judiciais físicos permanecem suspensos até 14.06.2020.		Portaria CNJ nº 79/2020
Por 60 dias	Prorroga a vigência das Medidas Provisórias nº 930, 931 e 932 de 30 de março de 2020.		Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 38, 39 e 40
Por 60 dias	Institui o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e dispõe sobre iniciativas a serem promovidas pelo órgão com o objetivo de implementar diretrizes direcionadas ao comércio exterior.		Decreto nº 10.373/2020
Por 60 dias	Prorroga a vigência da Medida Provisória nº 936/2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do covid-19		Ato do presidente da Mesa do Congresso Nacional Nº 44/2020
até 30/06	Altera o Decreto nº 6.306/07 que regulamenta o imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.		Decreto nº 10.377/2020
Por 60 dias	Altera dispositivo da Lei nº 11.508/07, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.		Medida Provisória nº 973/2020
Por 60 dias	Altera a Portaria RFB nº 543/2020, prorrogando até 30 de junho de 2020 a prática dos atos processuais no âmbito da RFB e dos procedimentos administrativos nela especificados.		Portaria RFB nº 936/2020
Por 60 dias	Prorroga a vigência da Medida Provisória nº 944/2020, que criou o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.		Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53/2020
Por 60 dias	Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, e o objetivo de preservar empresas de pequeno e médio, destinando a liberação de créditos para empresas que tenham sede ou estabelecimento no Brasil e obtido, no ano de 2019, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00.		Medida Provisória nº 975, em 02 de junho de 2020



Estado do Rio de Janeiro

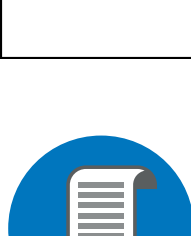
Atualizado até 03.06.2020

REDUÇÃO E PRORROGAÇÃO DE TRIBUTOS

IMPOSTO	DISPOSIÇÃO	BASE LEGAL
ICMS	Inclusão do produto "álcool etílico hidratado 70º INPM na Cesta Básica	LEI Nº 8771 de 23/03/2020
ITCMD	Prorrogação de prazo para pagamento para 60 dias após o encerramento do plano de contingência	LEI Nº 8769 de 23/03/2020
	Insenção do imposto nas operações de doações financeiras ao Fundo Estadual de Saúde e à Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação; e isenção sobre o materiais e equipamentos voltados ao combate ao COVID-19.	LEI Nº 8804 de 06/05/2020

PRAZOS				
SUSPENSÃO PRAZO	PRORROGAÇÕES	PRAZO	BASE LEGAL	
	Prazos administrativos Estaduais	06.06.2020	Decreto nº 47.102 de 02 de junho de 2020	
PRORROGAÇÕES	Certidões PGE	Vencidas após 16.03.2020 prorrogadas por 60 dias	Resolução PGE nº 4547 de 26.05.2020	
PRORROGAÇÕES	Certidões de Regularidade Fiscal - SEFAZ	Emitidas após 23.03.2020 serão validas por 90 dias	RES. SEFAZ nº 136 23.03.2020	
PRORROGAÇÕES	Parcelas com vencimento após 20.03.2020 (Divida Ativa)	60 dias (22.05.2020)	DEC. nº 46.982 de 20.03.2020 + Res. PGE nº 4532 de 23.03.2020	
ADIAMENTO	Inscrição em Dívida Ativa - Observado o Prazo Decadencial	60 dias (22.05.2020)	Res. PGE nº 4532 de 23.03.2020	
ADIAMENTO	Protestos	60 dias (22.05.2020)	Res. PGE nº 4532 de 23.03.2020	
PRORROGAÇÕES	Pagamento de parcelas vencidas (Divida Ativa)	Vencimento original	DEC. nº 46.982 de 20.03.2020 + Res. PGE nº 4532 de 23.03.2020 + Decreto nº 47.063 de 06.05.2020 + Resolução PGE nº 4547 de 26.05.2020	
		20.03.2020		
		Entre 21.03.2020 e 10.04.2020		20.06.2020
		Entre 11.04.2020 e 20.04.2020		10.07.2020
		Entre 21.04.2020 e 10.05.2020		20.07.2020
		Entre 11.05.2020 e 20.05.2020		10.08.2020
Entre 21.05.2020 e 30.05.2020	20.08.2020			
Entre 21.05.2020 e 30.05.2020	10.09.2020			

OUTROS			
DISPOSIÇÃO			BASE LEGAL
Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais disponibilizarem a seus cliente, em seus sistemas eletrônicos, as faturas boletos digitais para pagamento de compras efetuadas por meio de cartões fidelidade ou carnês, enquanto vigente o estado de Calamidade Pública, ficando impedidos de cobrar multa e/ou juros dos clientes que ficarem inadimplentes por falta de acesso às faturas ou boleto pagamento.			Lei nº 8.847/2020



Município do Rio de Janeiro

Atualizado até 03.06.2020

PRAZOS

PRORROGAÇÕES	PRAZO	BASE LEGAL
Certidões de Regularidade Fiscal - PGM	Vencidas a partir de 17.03.2020 serão validas por 60 dias	RES. PGM nº 993 de 06.05.2020
SUSPENSÃO PRAZO	Prazos para apresentação de impugnações, recursos administrativos e cumprimento de exigências.	Suspensos por 60 dias a contar de 17.03.2020
SUSPENSÃO PRAZO	Prazos para apresentação de impugnações, recursos administrativos e cumprimento de exigências (no âmbito as Secretaria Municipal de Fazenda)	Suspensos por 30 dias a contar de 21.05.2020

TRIBUTOS MUNICIPAIS

IMPOSTO	DISPOSIÇÃO	BASE LEGAL
IPTU e TCL	Para os débitos vencidos (até 08.05.2020) ou em aberto pagamento poderá ser feito sem acréscimos moratórios e com 20% de desconto, mediante pagamento único e integral até o dia 05 de junho de 2020	LEI Nº 6.740/2020 + Decreto 47.419/20 (Regulamentados pela Resolução SMF nº 3.160, em 1º de junho de 2020)
	Para os débitos em aberto em julho de 2020 o pagamento poderá ser feito sem acréscimos moratórios em até 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas	
IPTU de estabelecimentos hoteleiros e albergues - para débitos inscritos ou não em dívida ativa, referentes ao ano de 2019	O pagamento poderá ser feito com redução de 40% do imposto e 80% dos encargos moratórios, se realizado de forma única até o dia 28 de agosto de 2020	LEI Nº 6.740/2020 + Decreto 47.422/20
	O pagamento poderá ser feito com redução de 40% do imposto e 60% dos encargos moratórios, se realizado o parcelamento mensal em até 12 vezes com o vencimento da 1ª parcela até 28 de agosto de 2020	

OUTROS			
DISPOSIÇÃO			BASE LEGAL
Manteve ressalvados da suspensão determinada pelo Decreto nº 47.282, que trata da adoção de medida adicional para enfrentamento do Covid-19, a prestação de serviço feita por estabelecimento ou por profissionais autônomos, desde que garantido o espaçamento mínimo de dois metros entre o prestador e o tomador, a utilização de máscara facial, bem como a disponibilização de álcool gel 70%. Inclui, também, os profissionais que exercem a atividade de corretor de imóveis.			Decreto nº 47.468/2020
Autoriza a concessão de microcrédito a trabalhadores autônomos, microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, sediadas no Município do Rio de Janeiro, que tiverem comprovadamente queda no faturamento durante o estado de calamidade pública ou situação de emergência.			Lei nº 6.745/2020
Publicada portaria convocando para cadastramento as sociedades empresárias e empreendimentos individuais que exerçam as atividades de fornecimento de mercadorias, tabuleiros e demais equipamentos nas feiras livres, móveis e de produtos orgânicos no Município do Rio de Janeiro. O cadastro poderá ser realizado por meio de encaminhamento de informações contidas na portaria para o endereço de e-mail coordenador.cfe@gmail.com. O não cadastramento implicará o impedimento de fornecimento de serviços nas feiras livres, móveis e de produtos orgânicos no município			Portaria "N" F/CFE nº 124/2020
Estabelece os procedimentos e critérios relacionados ao parcelamento de créditos inscritos em dívida ativa. A solicitação de parcelamento poderá ser feita presencialmente ou através do site do Carioca Digital (https://carioca.rio/).			Resolução PGM nº 1001, em 1º de junho de 2020
Publicado decreto que institui o Comitê Estratégico para desenvolvimento do plano de retomada gradual atividades econômicas, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, no Município do Rio de Janeiro. O Programa levará em consideração um método de classificação das atividades em baixo, médio e alto risco, dispostas em seis fases, avaliando-se o risco de contaminação e o impacto econômico.			Decreto Rio nº 47.488 de 02 de junho de 2020